

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.324 - RS (2019/0198329-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : NILSENT DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : FRANK GIULIANI KRAS BORGES - RS048084
CARLOS DUARTE JUNIOR - RS052776
MARCEL HIKARI KIMURA - RS086995
MARK GIULIANI KRAS BORGES E OUTRO(S) - RS050889

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 236):

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. PROVA PERICIAL INDEFERIDA. CERCEAMENTO DE DEFESA.

1. Uma vez que a pretensão a ser veiculada nos embargos à execução não é meramente declaratória, a procedência da alegação de incidência do tributo sobre verbas indevidas fica vinculada à demonstração pelo embargante dos valores a serem excluídos da execução.
2. Constitui cerceamento de defesa o indeferimento de pedido de produção de prova pericial necessária para a demonstração do excesso de execução alegado.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 266-269.

O recorrente alega violação dos arts. 739-A, § 5º, c/c art. 333, I do CPC/73, vigentes à época da propositura dos embargos à execução fiscal, ao argumento de que *se a sentença dos embargos à execução fiscal deve dizer qual o valor pelo qual deve prosseguir a cobrança, evidente que se trata de ação de embargos fundada em excesso de execução, circunstância que atrai a aplicação do §5º do art. 739-A do CPC.* (fl. 277).

Contrarrazões às fls. 286-289.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 292.

É o relatório. Passo a decidir.

Com efeito, esta Corte tem o entendimento consolidado no sentido de que nos embargos fundados em excesso à execução, cabe ao devedor apontar o valor que entende correto e apresentar a memória dos cálculos, sob pena de rejeição dos embargos.

No entanto, no julgamento dos embargos declaratórios, à fl. 268, o tribunal *a quo* manifestou-se no seguinte sentido:

Ademais, observo que a aplicação do § 5º do art. 739-A do CPC/1973, invocada pela embargante, não é adequada ao caso, pois o que se discute aqui, na verdade, não é propriamente um excesso de execução — uma vez que foi o próprio contribuinte quem apurou e declarou os tributos ora cobrados —, mas a não incidência de norma tributária.

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão - de que não se trata de excesso de execução fiscal - demandaria o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao

Superior Tribunal de Justiça

caso a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

